

**EIXO TEMÁTICO 11 | QUESTÕES AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL****A LUTA PELO TERRITÓRIO: Os conflitos socioambientais nos territórios de uso pesqueiro na RESEX Acaú/Goiana, PB, PE****THE FIGHT FOR TERRITORY: Socio-environmental conflicts in fishing territories****Emanuel Luiz Pereira da Silva<sup>1</sup>  
Janiele Medeiros Alves da Silva<sup>2</sup>****RESUMO**

A proposta de trabalho é apresentar a exploração capitalista nos territórios de uso pesqueiro na Resex Acaú/Goiana, PB, PE. A pesca artesanal ocorreu com a falência dos ciclos cafeeiros e açucareiro, no período colonial. Dessa maneira Silva (2016) nos elucida que a pesca artesanal é uma herança deixada dos nossos antepassados indígenas, pois os nativos praticavam a arte da pesca antes mesmo da chegada dos portugueses no Brasil. Nesse contexto iremos analisar, artigos, teses e dissertações da CAPES sobre a pesca artesanal e a exploração capitalista nos territórios pesqueiros. A escolha do caminho metodológico para desenvolver este trabalho corresponde à qualificação de uma pesquisa qualitativa, com base na revisão bibliográfica. Enquanto ao método, a utilizaremos abordagem dialética, conforme (MINAYO, 2010) “as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais. Possibilitando-nos em desvendar os impasses que o território revela diante da exploração capitalista, como resultados preliminares da dissertação de mestrado em andamento.

**Palavras-chave:** Conflitos socioambientais. Territórios. Uso pesqueiro.

**ABSTRACT**

The work proposal is to present capitalist exploitation in fishing territories. Artisanal fishing occurred with the failure of the coffee and sugar cycles, in the colonial period. In this way, Silva (2016) explains to us that artisanal fishing is a legacy left from our indigenous ancestors, as

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Departamento de Serviço Social e do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é Coordenador do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais – NEPPS/UFPB. Emanuel.nepps.ufpb@gmail.com

<sup>2</sup> Graduada em Serviço Social, Pós-graduada em Ética, Direitos Humanos e Serviço Social, Mestranda em Serviço Social pela UFPB, bolsista pela CAPES. janielemeirosalves@gmail.com

the natives practiced the art of fishing even before the arrival of the Portuguese in Brazil. In this context, we will analyze articles, theses and dissertations from CAPES on artisanal fishing and capitalist exploitation in fishing territories. The choice of the methodological path to develop this work corresponds to the qualification of qualitative research, based on a bibliographic review. Regarding the method, we will use a dialectical approach, according to (MINAYO, 2010) "the socioeconomic determinations of phenomena, the social relations of production and domination with the understanding of social representations. Enabling us to uncover the impasses that the territory reveals in the face of capitalist exploitation.

**Keywords:** Socio-environmental conflicts. Territories. Fishing use.

## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa em tela, tem como objetivo analisar a exploração capitalista nos territórios de uso pesqueiro, haja vista que ocasionam conflitos socioambientais na RESEX Acaú/Goiana, PB, PE.

Além disso a pesca artesanal é uma herança deixada dos nossos antepassados indígenas, pois os nativos praticavam a arte da pesca antes mesmo da chegada dos portugueses no Brasil.

No entanto o ser social constitui uma relação direta do homem com a natureza, assim o homem passa a modificar a natureza através do trabalho. Nesse contexto iremos analisar, artigos, teses e dissertações sobre a pesca artesanal e a exploração capitalista nos territórios de uso pesqueiros.

A escolha do construto metodológico desta pesquisa propõe trilhar um caminho de análise correspondente à qualificação de uma pesquisa qualitativa.

De acordo com Minayo (2007) reitera a adequação ao contexto e problema a ser averiguado, acontecerá de tal maneira: a) como a discussão epistemológica sobre o caminho do pensamento que o tema ou o objeto de investigação requer; b) como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; c) e como a criatividade do pesquisador, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas. (MINAYO, 2007, p. 44).

Conforme Fonseca (2002), A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros,

artigos científicos, páginas de web sites. Todo trabalho científico tem como base a pesquisa bibliográfica, que permite ao leitor/pesquisador conhecer o que foi explorado sobre o assunto. (FONSECA, 2002, p. 32).

O constructo bibliográfico nos permitirá elucidar as referências teóricas e conceituais que explicam a natureza crítico e histórico, os fundamentos da desigualdade e, por conseguinte, define categorias analíticas que sustentam as explicações da realidade em estudo.

Possibilitando-nos em reconhecermos o impasse que o território revela diante da exploração capitalista, possibilitando ao pesquisador desvendar as múltiplas e as diversificadas relações sociais que consiste nos conflitos socioambientais do território de estudo, na atual contemporaneidade da pesca artesanal, no que interfere diretamente nas relações sociais, econômicas e culturais na vida cotidiana dos(as) pescadores(as) artesanais.

O artigo tem centralidade no método do materialismo histórico-dialético, possibilitando ao investigador/pesquisador esclarecer questão para além do aparente. O materialismo é uma concepção filosófica, que estuda os fatos a partir dos estudos da história e dos fenômenos da natureza.

É bom acrescentar ainda que; o método criado e adotado por Marx e Engels, também chamado de materialismo Histórico<sup>3</sup>, nos revela os conceitos e pilares da Teoria Marxista:

É materialista porque explica o mundo social em termos da integração dos seres humanos e a natureza inanimada no processo de produção de bens que satisfaçam suas necessidades materiais. [...] É histórico porque, de forma distinta á da Economia Política Clássica, a sociedade capitalista é entendida e analisada como uma etapa no processo de desenvolvimento histórico. (Pereira, 2016, p.303).

Desse modo é interessante reiterar nas palavras de Netto (2006) o que de fato o materialismo histórico, contribuem a partir de sua teoria.

O materialismo dialético é uma teoria geral do ser que, em contraposição à "metafísica", privilegia o movimento e as contradições e toma o mundo material como o dado primário que, na consciência, dado secundário, aparece como reflexo. O materialismo histórico é a aplicação dos princípios do materialismo dialético ao estudo da sociedade. (Netto, 2006, p.54).

Dessa maneira, materialismo histórico e dialético, nos dar suporte para explorar o

---

<sup>3</sup> Marx e Engels nunca utilizaram esse termo para nomear seu método científico, embora se referissem a ele como "concepção materialista da história" (Pereira, 2016).

estudo da natureza e da sociedade, podendo observar a história e a construção do passado e do presente da sociedade brasileira, no qual é possível observar a formação brasileira, desde os princípios da natureza e da história da humanidade. Contemplando a materialização das necessidades posta pela sociedade. Para o desenvolvimento dos objetivos propostos, a pesquisa buscará manter como eixo estruturador a aposta na construção coletiva do conhecimento dos processos e produtos a serem gerados.

Trata-se, nesse contexto, de instituir como foco de observação constante e referente de pesquisa o território usado, defendido por Milton Santos, ao considerar os territórios tradicionais como espaços vivos e de vivência, ou, ainda, territórios praticados, na perspectiva de Ana Clara Torres Ribeiro (2014), para quem as experiências praticadas nos territórios necessitam ser reveladas, valorizadas, compreendidas.

Sendo assim o estudo demonstrou que os impactos socioambientais, podem ser fruto de um modelo econômico que visa a exploração do máximo de lucro via a privatização dos recursos pesqueiros, tanto em terra quando em mar.

Algumas pesquisas anteriores revelam que em meados dos anos 60, parques indústrias foram instalados nas áreas litorâneas. (DIEGUES,2015; SILVA,2011; SILVA,2016). As instalações desses parques indústrias acarretaram impactos negativos sobre os recursos naturais costeiros, estas áreas ecologicamente ficaram fragilizadas após as instalações inapropriadas. Nesse sentido o território Acaú/Goiana PB, PE, nos revelou que os conflitos socioambientais vêm aumentando devido a tentativa de implantação do “Terminal Portuário Tabulog” no território de uso pesqueiro, impactando diretamente à vida e as relações sociais dos pescadores artesanais, pois impõe alterações no cotidiano desses trabalhadores.

**IMAGEM 1.** Imagens do projeto: “Terminal Portuário Tabulog”



**Fonte:** ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) VOLUME III: DIAGNÓSTICO AMBIENTAL – MEIO BIÓTICO  
HIDROTOPO CONSULTORIA E PROJETOS LTDA.

## 2 OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTES NO TERRITÓRIO DE USO PESQUEIRO

Conforme a concepção de Diegues (2015) os conflitos são as atividades econômicas nas áreas litorâneas que exercem um impacto crescente sobre a pesca artesanal e os espaços terrestres usados pelos pescadores artesanais. Nesse sentido os conflitos podem ser ocasionados por fatores externos ou pelos impactos da crescente expansão industrial em ecossistemas estuarinos-costeiros, afetando principalmente estuários, mangues, restingas, lagoas costeiras e recifes de corais.

Dessa maneira os impactos podem ser fruto de um modelo econômico que visa a exploração do máximo de lucro via a privatização dos recursos pesqueiros, tanto em terra quando em mar.

Diegues (2015) nos demonstra algumas áreas ecologicamente fragilizadas por estas instalações, como o Golfão Maranhense, o Recôncavo Baiano, nas proximidades da Lagoa dos Patos (RS), Lagoas Mundaú e Manguada (A1), Vitória (ES), Arraia do Cabo (RJ), Suape (PE) além da expansão de centros industriais a poluição e a degradação ambiental são outros agravantes que ocasionam impactos severos sobre o habitat dos pescadores (as) artesanais, a biodiversidade marinha e ao modo de vida. (DIEGUES 2015 p.37)

Diante da problemática exposta por outras experiências de instalações de portos e expansão do capitalismo, é importante analisarmos os conflitos socioambientais ocasionados nos territórios de uso pesqueiro.

Assim Silva, Wanderley e Conserva (2014) nos elucidam que na segunda metade do século XX:

um marco, configurado pela grande investida do capital, no enfrentamento da crise da surge lucratividade, a partir dos anos 1970. Nesse mesmo período histórico, surgem fortes questionamentos à hegemonia do capital e à emergência de movimentos organizados, não apenas da classe trabalhadora, mas, também, de outros grupos sociais que contestam o poder do capital, como as manifestações ecológicas em defesa do planeta, em âmbito mundial. Cresce a exigência da inclusão das questões ambientais, territoriais e por proteção social na agenda do desenvolvimento das nações e das relações internacionais. As apreensões se espraiam na percepção de um conflito crescente entre a expansão do modelo de crescimento econômico, que tem seu germe na indústria, e o volume dos efeitos nefastos sobre os diversos ecossistemas do planeta. (SILVA, WANDERLEY E CONSERVA, p. 2014)

Nesse contexto é necessário compreendermos o território através da performance, Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (T-D-R), sob a óticas do território de uso, de acordo com Milton Santos. Na contemporaneidade, embora o território permaneça como condição material do Estado moderno, emerge outra compreensão de seu uso, expressiva de relações mais próximas da sociedade civil das nações que compõem a sociedade brasileira. (SILVA, 2016).

Contudo Silva (2016) reafirma que “objetivamos identificar e explicitar aspectos da dinâmica Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (T-D-R) que julgamos relevantes”, ou seja, ainda na percepção do autor o “território pode ser compreendido pelo uso hegemônico, no caso das divisões político administrativas construídas para o exercício do poder do Estado, ou pelo hegemônico, como as comunidades de pescadores artesanais, ou seja, o uso do território demarcado pela apropriação das relações sociais, da vivência, da cultura, de uma busca natural do homem com seu habitat.

Conforme Koga (2003) relata que o “território de vivência possui peculiaridades, singularidades e dinâmicas próprias, acionadas e articuladas pelos diferentes atores sociais, sua configuração extrapola os limites da formalidade”.

No entanto o ser social constitui uma relação direta do homem com a natureza, assim o homem passa a modificar a natureza através do trabalho, está modificação da natureza define o trabalho ontológico. Marx (1983 apud Netto e Braz, 2012 p.43) elucidada que:

O trabalho é um processo entre o homem e a natureza um processo em que o homem, por sua própria ação, media regula e controla seu metabolismo com a natureza[...] não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. [...] pressupomos

o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. (Netto e Braz 2012 p.43)

A discussão sobre a pesca artesanal nos remete a relação natural do homem com a natureza. (LUKÁCS, 2012) O homem transforma a natureza evoluindo junto com ela. Isso consiste na capacidade teleológica do homem. De acordo com Lukács (2012) nos revela que, é mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por essa socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade.

De acordo com DIEGUES (1973) o surgimento da pesca artesanal ocorreu com a falência dos ciclos cafeeiros e açucareiro, no período colonial, também foram explorados além da flora e fauna, outros recursos para suprir as necessidades humanas, tais como: a caça de animais, extração de palmito, entre outras riquezas natural.

Dessa maneira Silva (2016) nos elucida que a pesca artesanal é uma herança deixada dos nossos antepassados indígenas, pois os Povos Originários praticavam a arte da pesca antes mesmo da chegada dos portugueses no Brasil, essa atividade era uma prática rotineira na qual a população indígena sobrevivia da sua pescaria; peixes, crustáceos, moluscos e todo pescado que encontrasse nos rios e mares. Esses pescados eram sua principal fonte alimentar.

Conforme a concepção de Diegues (2001), o modo de vida dos pescadores artesanais possui singularidades. Dessa maneira Diegues (2001) nos explique:

O modo de vida que os pequenos produtores desenvolveram são dependentes de ciclos naturais, e envolvem conhecimentos acerca dos ciclos biológicos e recursos naturais disponíveis na região em que se encontram. Os pescadores e pescadoras conhecem e fazem parte da conexão existente entre o rio, o mar e a terra, sendo dotados de conhecimento adquirido através da repetição de sua atividade nesses ambientes, tornando-se parte dessa complexa relação. (DIEGUES, 2001 p.98).

Alguns pesquisadores relatam que a atividade da pesca artesanal possibilita para as famílias que exibe um índice elevado de vulnerabilidade social, por meio da pesca é viabilizado o direito a uma alimentação rica em proteínas de boa qualidade, extraído da natureza os recursos naturais através de seu trabalho. (SILVA, 2016 p.162).

“Desse modo entendemos que a pesca artesanal é aquela realizada por pequenas produções mercantis com características familiar e comunitárias que em poucos casos, a produção é mesclada entre pescadores-agricultores e utiliza-se pouca ou nenhuma tecnologia”

(DIEGUES, 1973; SILVA, 2011). Obviamente, com o passar dos séculos ocorreram inúmeras mudanças na pesca artesanal, desde o Brasil colonial passando por períodos marcantes como, o feudalismo, o escravismo até a contemporaneidade.

Diante de tais mudanças a luta pela sobrevivência e resistência, uma marca da pesca artesanal que resiste a urbanização da vida, privatização das águas, exploração dos estoques pesqueiros atingindo diretamente aos pescadores(as) de Pitimbu/PB.

Sendo necessária o uso do (T-D-R) “pois a criação de territórios seria representada pela territorialização, a sua destruição (por mais que seja temporária) pela desterritorialização e a sua recriação pelos processos de Reterritorialização” (Silva. 2016, p.126).

No Brasil a luta pelo território é uma forma de resistência tendo em vista que o sistema capitalista gera conflitos socioambientais como também socio territoriais, a luta pelo território usado implica conflitos diante da investida do capital para deter a dominação do território o que ocasiona impactos negativos na vida cotidiana dos pescadores artesanais. Haja vista que quando se fala em território estamos nos referindo a um espaço não apenas geográfico mais a uma relação de uso do território. Sendo assim podemos considerar que o território usado é sobretudo um lugar que possui elementos culturais associado a reprodução social da vida de determinadas comunidades pesqueiras.

Diante dos fatos é de suma relevância ressaltamos que além da dimensão sociocultural existe a luta tanto por terra quanto por água. Pois os recursos naturais são alvos de políticas estatais tencionando a relação de troca com a natureza.

O estudo em tela demonstrou que os impactos podem ser fruto de um modelo econômico que visa a exploração do máximo de lucro via a privatização dos recursos pesqueiros, tanto em terra quando em mar. De acordo com o Tribunal do mar, a lógica de intensificação da exploração dos recursos naturais se expande através dos empreendimentos de grande porte na zona costeira e marinha.

Desta maneira fica nítido que com as instalações de parques industriais em áreas litorâneas, intensificam a exploração socioambiental, por serem alvo da política desenvolvimentista brasileira, ocasionado para a comunidades pesqueira um protagonismo de luta e resistência.

Diante da problemática exposta por outras experiências de instalações de portos e expansão do capitalismo, e de suma relevância analisarmos os conflitos socioambientais ocasionados pela implantação do terminal portuário TABULOG nos territórios de uso pesqueiro.

### 3 CONCLUSÃO

A pesquisa apresentada encontra-se em desenvolvimento, buscando esclarecer os conflitos socioambientais e as constantes investidas da exploração capitalista nos territórios de pesca artesanal. O ponto crucial de nosso estudo, afirma que o território pesqueiro é um meio de sobrevivência de alguns trabalhadores autônomos sendo em sua maioria pescadores/pescadoras artesanais, que dependem da relação homem/natureza, além da cultura que é passada de geração em geração. Já o sistema capitalista de produção enxerga no território um meio de exploração e expropriação dos recursos naturais e a apropriação de território, para continuar sua exploração tanto do território TERRESTRE quanto da expropriação do mar QUE COMPÕE O TERRITÓRIO MARINHO. Diante de tal realidade uma marca da pesca artesanal brasileira se configura na resistência é na luta cotidiana de várias comunidades pesqueiras. Pois os espaços de pesca são alvo da exploração capitalista, seja para a construção de portos, para empreendimentos turísticos ou até mesmo para especulação imobiliária. Contudo a privatização das águas e da terra gera consequências irreversíveis para o meio ambiente e para o povo do mar, que necessita do acesso aos recursos naturais para a reprodução da pesca artesanal como reprodução de sua cultura.

### REFERÊNCIAS

- DIEGUES, A. C. **Pesca e marginalização no litoral paulista**. 1973. 187p (Dissertação Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais.
- DIEGUES, A. C. **Alguns aspectos relevantes relacionados à pesca artesanal costeira nacional**. NUPAUB, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) VOLUME III: **DIAGNÓSTICO AMBIENTAL – MEIO BIÓTICO HIDROTOPO CONSULTORIA E PROJETOS LTDA\_FEVEREIRO/2022**.
- FONSECA, J. J.S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. FLICK, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3º ed.). Porto Alegre: Artmed.
- LUKÁCS, G. (2010) **Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social**. Boitempo, São Paulo, São Paulo. NETTO, José Paulo; Braz. Marcelo Trabalho, Sociedade e valor. In: Economia Política: Uma introdução crítica. 8ed. São Paulo: Cortez. 2012.

MARX, Karl. **O capital**: Crítica da economia Política. Livro primeiro, Vol. I Tradução de Reginaldo Sant'anna. 15ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 1996.

MINAYO, M. C. O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MINAYO, M. C. Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. In \_\_\_\_\_. (Org.) **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2010.

NETTO, José Paulo; O marxismo-leninismo. **O QUE É MARXISMO**. (coleção Primeiros Passos: 148). São Paulo. 2006.

NETTO, José Paulo; Braz. Marcelo Trabalho, Sociedade e valor. In: **Economia Política**: Uma introdução crítica. 8ed. São Paulo: Cortez. 2012.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo**: crítica a teorias e ideologias conflitantes/ Camila Potyara Pereira. – São Paulo: Cortez, 2016.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades**: Entre Territórios de Vida e Territórios Vividos. São Paulo, Editora Cortez, 2003.

SANTOS, MILTON. **A urbanização desigual**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1980.

SILVA, R. G. C. **Dinâmicas territoriais em Rondônia**: conflitos na produção e uso do território no período de 1970-2010. 178p. 2010. Tese (Doutorado em Geografia Humana) –Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SILVA, Emanuel Luiz Pereira da. Proteção Social e Território na pesca artesanal do litoral Paraibano. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n.17, p 169-188, jan./mar.2014.

SILVA, Emanuel Luiz Pereira da. **Da casa ao mangue**: abordagem socioecológica do processo de trabalho das marisqueiras do estuário do Rio Paraíba-PB/Emanuel Luiz Pereira da Silva. - - João Pessoa: [s.n.],2011.

SILVA, Emanuel Luiz Pereira da. **Territorialidades e proteção social**: conflitos socioambientais indígenas vivenciados na pesca artesanal no litoral norte da Paraíba. ELP Silva - 2016 - sapientia.pucsp.br

SILVA, Emanuel Luiz Pereira da; CONSERVA, Marinalva Sousa; WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Reflexões sobre lugar, território e políticas públicas. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 2490–2502, 2022.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Teorias da ação**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.